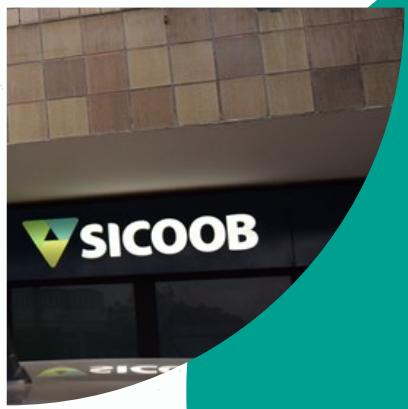
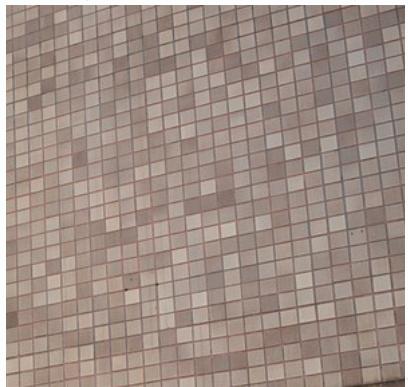
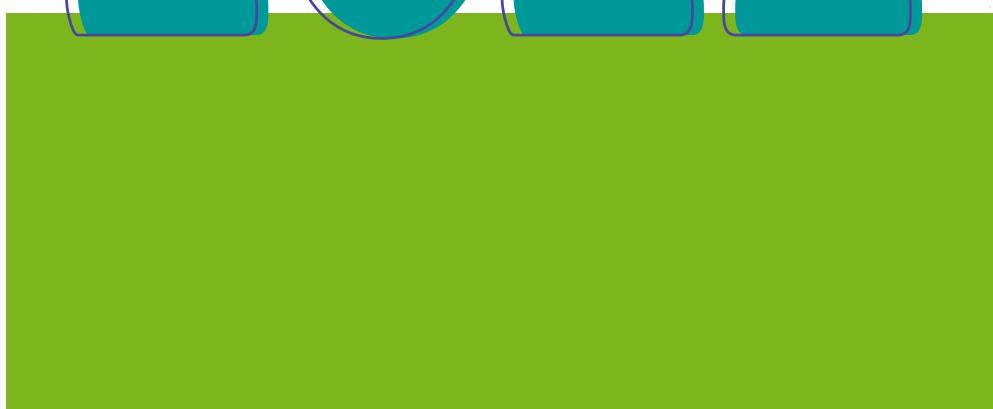


RELATÓRIO ANUAL

2021



 **SICOOB**
Empresarial

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	01	DESEMPENHO FINANCEIRO	08
QUADRO ESTATUTÁRIO	02	DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL	10
MENSAGEM DA DIRETORIA	03	DESTINAÇÃO DE SOBRAS E INDICADORES	13
RELACIONAMENTO COM OS COOPERADOS	04	PRESTAÇÃO DE CONTAS	15
MAPA ESTRATÉGICO	05	NOTAS EXPLICATIVAS	23
EVENTOS INTERNOS	06	PARECERES	48
FUNCIONÁRIOS E TREINAMENTOS	07	NOSSA EQUIPE	53

APRESENTAÇÃO



**Antônio Eustáquio
de Oliveira**

Presidente do Conselho
de Administração

Em 2021, encerramos um ciclo da gestão deste Conselho de Administração. Apesar dos dois últimos anos vivenciarmos uma crise sanitária com reflexos econômicos negativos para o segmento produtivo nacional e local, conseguimos passar com êxito nos números da Cooperativa.

Nestes últimos três anos, crescemos nossa carteira de crédito em mais do dobro, assim como nos depósitos e ativos financeiros, além de atingirmos 7.900 cooperados. Nossa quadro de colaboradores está mais capacitado e nossa Central de Atendimentos já é responsável por 85% das demandas dos Associados. Aumentamos de tamanho e relevância para o Sistema Sicoob. Em momentos de crise e instabilidade,

temos que ser mais conservadores e prudentes, mas o **SICOOB EMPRESARIAL** não deixará o espírito cooperativo e sempre estará ao lado de todos e da comunidade em que está inserido. Por isso, fizemos diversos esforços para apoiá-los. Nossa papel, meu e todo Conselho, será o de protegê-los com toda segurança, pois a Cooperativa é Patrimônio de todos.

Este ano de 2022, temos uma obrigação com o futuro da Cooperativa: A renovação dos Conselhos de Administração e Fiscal, pauta da próxima AGO em 09 de abril. Portanto, pedimos sua presença ativa na Assembleia e no pleito, que, agora, serão de quatro anos e contamos com sua participação para decidir os rumos que iremos tomar.

QUADRO ESTATUTÁRIO

Conselho de Administração

Antônio Eustáquio de Oliveira

Presidente do Conselho de Administração

Daniel Borges Gomes

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Alvir Sonza

Conselheiro vogal

Evar de Souza Junior

Conselheiro vogal

Jeovani Ferreira Salomão

Conselheiro vogal

João de Alcântara Silvério

Conselheiro vogal

Julio Maria

Conselheiro vogal

Ricardo de Figueiredo Caldas

Conselheiro vogal

Yusef George Nimer

Conselheiro vogal

Conselho Fiscal

Waldir Lacerda de Alencar

Coordenador do Conselho Fiscal

Jobson Theiss Marques

Conselheiro efetivo

Leomar Cordeiro de Almeida

Conselheiro efetivo

Edvaldo Batista Gonzaga

Conselheiro Suplente

Luís Eduardo Souza Franca

Conselheiro Suplente

Hermano Wrobel

Conselheiro Suplente

Diretoria Executiva

Cláudio da Costa Vargas

Diretor Presidente

José Ricardo de Medeiros Guimarães

Diretor Operacional

Fabrício Alencar de Andrade

Diretor Administrativo Financeiro

MENSAGEM DA DIRETORIA



Cláudio Vargas
Diretor Presidente

Atendendo as orientações do Conselho de Administração, procuramos ampliar o apoio às suas demandas e necessidades. Assim, apesar da continuidade da crise, com os efeitos da Pandemia, criamos alternativas ao atendimento, mesmo com

boa parte dos colaboradores, por proteção, atuando em home office.

Sofremos com o cenário econômico do ano passado, pois, para quem dá prioridade a atividade produtiva, como Nós, era uma possibilidade previsível. Mas, conseguimos manter a consistência dos resultados e trouxemos sobras a serem distribuídas. Para 2022, ressaltamos a importância de fortalecer o patrimônio da Cooperativa, mantendo uma maior solidez com melhores índices financeiros. Então, para que isso aconteça, pedimos que continuem acreditando na Cooperativa e invistam com novas aquisições de cotas. Elas são nosso principal ativo e pertencem ao associado, remuneradas pela taxa Selic, que está em alta no momento. Obrigado por considerar Nossa Cooperativa sua principal Instituição financeira. Contem conosco!



José Ricardo Guimarães
Diretor Operacional

Ainda num cenário não muito favorável, nossas atividades comerciais em 2021, se concentraram na manutenção do apoio financeiro ao Cooperado do segmento produtivo. Assim, encerramos o ano com créditos na ordem de 107 milhões, na sua grande maioria, capital de giro. Mas, também, repassamos recursos nas linhas de crédito do PRONAMPE (BNDES) e avais do FAMPE (SEBRAE), em mais de 11 milhões. Já os Ativos da Cooperativa foram ampliados com novas aplicações e depósitos, na ordem de 236 milhões, demonstrando a credibilidade de nossos associados em nossa administração.

Cada vez mais nossos Cooperados vêm adquirindo nossos produtos e serviços, que com suas receitas, já representaram mais de 8 milhões, cobrindo toda folha de pagamento dos nossos colaboradores. Admitimos mais 1.671 novos cooperados, principalmente, devido ao relacionamento digital, a mais nova opção do sistema financeiro, que tornou uma realidade para o Sicoob Empresarial. Com o aumento de Nossa Cooperativa, preparamos um atendimento mais adequado, através da nossa Central de atendimentos ao Cooperado - CAC, responsável, também, pelo relacionamento das novas contas digitais.

No ano passado, foram mais de 20 mil registros por telefone e mensagens interativas via WhatsApp, todas resolutivas e concluídas com um percentual de 92%. Cabe destacar que, os baixos índices de atendimento telefônico, eram uma das maiores queixas dos nossos associados. Para 2022, esperamos manter nosso objetivo de entregar mais e melhor, pois nossos colaboradores estarão mais capacitados e habilitados, para um atendimento mais completo. Juntos, somos mais fortes.



Fabrício Alencar

Diretor Administrativo Financeiro

2021 foi um ano de adversidades, por isso, nossos cooperados precisaram se reinventar para manter seus negócios em funcionamento. O Sicoob Empresarial em auxílio neste processo, disponibilizou aos associados linhas governamentais, além de juros mais atrativos que os de mercado e melhores taxas para os investimentos. Apesar de terminarmos o ano com uma SELIC de 9,25% e IPCA de 10,06%, o Brasil fechou com um PIB de 4,60%, maior que o esperado para o ano. E com a confiança dos nossos cooperados, conseguimos um crescimento de 10% no Resultado Bruto e 27% em captações de investimento.

As projeções para 2022 nos trará ainda mais desafios, diante as incertezas políticas e econômicas que refletirão diretamente no mercado financeiro e no segmento empresarial. Não podemos deixar de mencionar o recente conflito nos países do Leste Europeu que impactará diretamente o preço do petróleo mundial e na importação de fertilizantes ao Brasil. Segundo divulgação do Banco Central, teremos as seguintes projeções: Inflação de 6,59%, crescimento do PIB de 0,50%, Câmbio (R\$/US\$) de 5,30 e SELIC de 13% a.a.

Diante disto, ficaremos atentos aos impactos da inflação, o estrangulamento nas cadeias de suprimento da indústria e o crescente aumento da taxa SELIC. Em contrapartida, seguimos observando os aspectos positivos, como o aceleramento da vacinação contra a Covid-19, o crescimento do investimento privado (interno e/ou estrangeiro) e o aumento dos preços das commodities.

Nossa Diretoria continuará engajada no compromisso do desenvolvimento econômico-financeiro de nossos cooperados e no crescimento contínuo de nossa Cooperativa.

RELACIONAMENTO COM OS COOPERADOS



José Ernesto

Gerente de Negócios

Em 2021, mesmo com todas as adversidades associadas à pandemia, identificamos oportunidades e implementamos ações para melhorar a experiência de relacionamento com os cooperados.

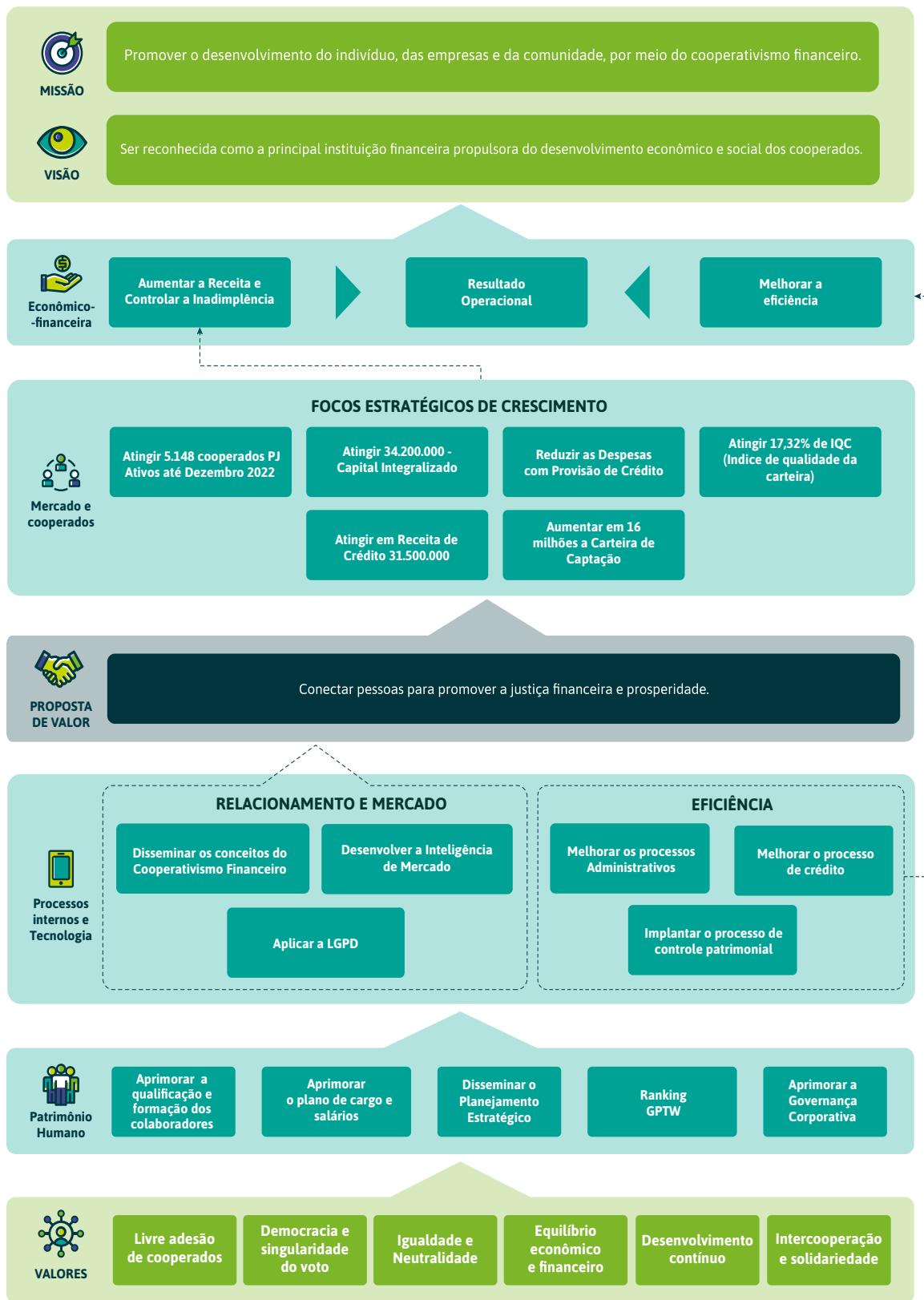
Um dos pilares mais importantes no Sicoob Empresarial é o engajamento de toda a equipe neste pro-

cesso de aproximação com o cooperado, compreendendo suas necessidades e se colocando à disposição para oferecer os produtos e serviços que se encaixam adequadamente a cada perfil. A oferta, contratação e pós-venda de nossos produtos e serviços são pautadas principalmente na ética, responsabilidade, transparência e foco no associado.

Alinhados com a missão, visão e os valores do Sicoob Empresarial, capacitamos diariamente nossos colaboradores para que tratem de forma clara, precisa e tempestiva os interesses e expectativas dos associados, gerando cada vez mais uma relação de confiança através da cooperação.

Para 2022, nosso propósito continuará sendo o de intensificar a experiência de um relacionamento cada vez mais presente e em sintonia com os interesses dos nossos cooperados.

MAPA ESTRATÉGICO



EVENTOS INTERNOS



Jantar de Apresentação de Metas 2021 e Premiação de Metas 2020.



Apresentação do Programa de Participação nos Resultados, implementado em 2021.



Entrega dos itens arrecadados durante ação social na Casa do Menino Jesus.



Confraternização de 2021 do Sicoob Empresarial.

TREINAMENTOS E FUNCIONÁRIOS

**Horas investidas
em treinamento**

Área	2021
Negócios	35h
Operacional	53h
Planejamento	38h
Suporte	29h
Gestão de Pessoas, Controle Interno e Secretaria	63h
Diretoria	104h
Conselhos	101h
Total	423h

Colaboradores	2020	2021
Funcionários	71	68
Estagiários	0	2
Aprendizes	0	2

1

DESEMPENHO FINANCEIRO

Apuração de Resultado

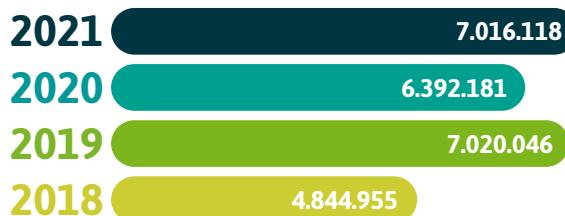
As sobras líquidas em 2021 tiveram redução de 1,88% com relação ao ano anterior. As sobras líquidas somaram R\$3.142.537.

RESULTADO APURADO POR ANO		
	2020	2021
Resultado bruto 1º semestre	R\$3.650.687	R\$4.622.245
Resultado bruto 2º semestre	R\$2.741.494	R\$2.393.873
ROB - Resultado Operacional Bruto	R\$6.392.181	R\$7.016.118
Juros pagos ao Capital	R\$732.584	R\$1.160.274
PPR*	R\$319.609	R\$140.322
Sobras brutas	R\$5.339.987	R\$5.715.522
(-) FATES	R\$266.999	R\$170.598
(-) Reserva legal	R\$1.868.996	R\$2.286.209
Sobras líquidas do exercício	R\$3.203.992	R\$ 3.258.715
Fundo para sede própria**	R\$320.399	R\$325.872
Sobras à disposição da Assembleia	R\$ 2.883.593	R\$ 2.932.844

* Programa de Participação nos Resultados **A ser aprovado em AGO 2022.

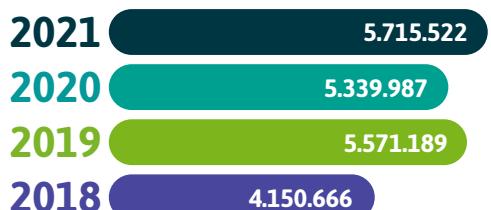
Resultado Bruto (em R\$, antes dos juros ao Capital)

Houve um aumento de 9,76% no resultado bruto com relação a 2020.



Sobras Brutas (em R\$, após pagamento dos juros ao Capital)

As sobras brutas, após pagamento do juros ao Capital, tiveram um aumento de 7,03% em relação a 2020.

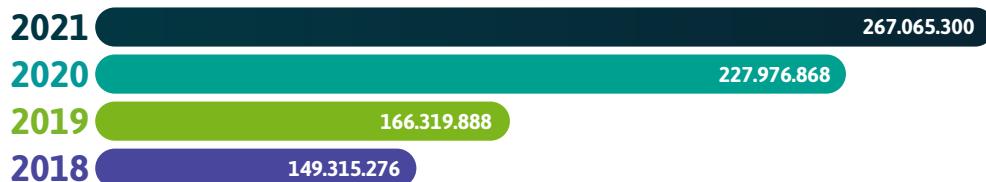


2

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

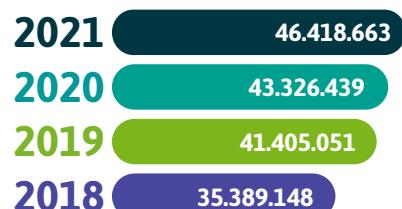
Ativos totais (em R\$)

A evolução registrada com relação aos ativos totais foi de 17,15% em relação a 2020.



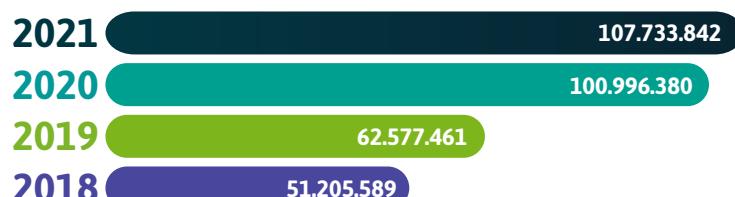
Patrimônio Líquido (em R\$)

Houve uma evolução de 7,14% no patrimônio líquido com relação a 2020.



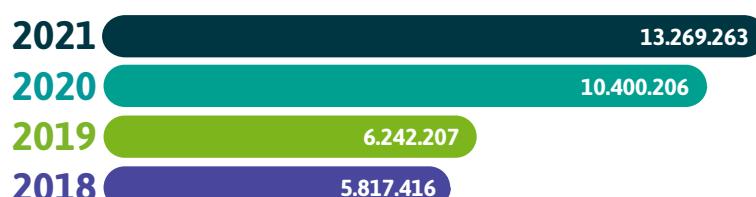
Carteira de Crédito (em R\$)

Nossa carteira de crédito bruta cresceu 6,35% em relação a 2020.



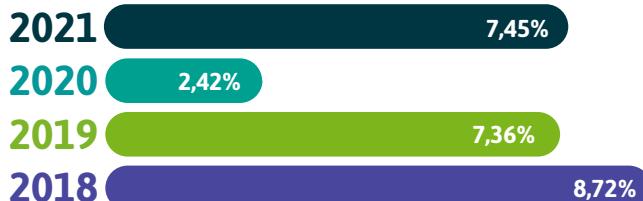
Provisão (em R\$)

A evolução registrada foi de 24,77% com relação a 2020.



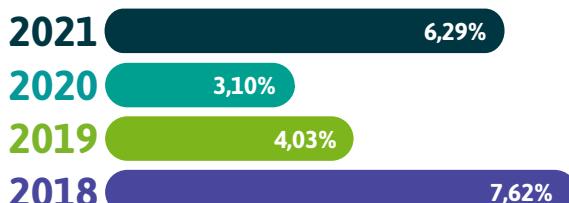
Inadimplência Geral

O crescimento da inadimplência foi de 207,85% em relação a 2020.



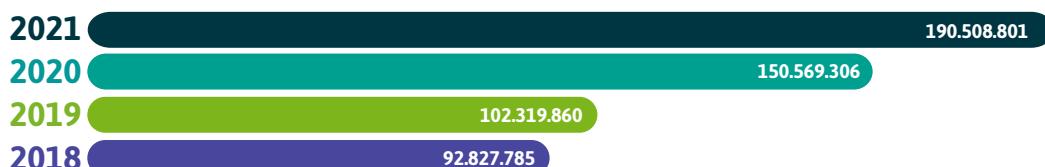
INAD 90

O crescimento registrado quando ao INAD 90 foi de 102,90% em relação a 2020.



Depósitos Totais e LCI (em R\$)

Houve uma evolução de 26,53% com relação ao registro de 2020.



Capital (em R\$)

O valor registrado em 2021 foi 2% maior que em 2020.



Número de Associados

Houve uma evolução de 26,83% no número de cooperados com relação a 2020.



3

DESTINAÇÃO DE SOBRAS E INDICADORES

Distribuição de Sobras

O quadro abaixo é um demonstrativo da distribuição das Sobras de 2021, a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária 2022.

	QTD.	MÉDIA	SOBRAS
Depósitos a vista	6.616	58.538.950,16	879.853,20
Depósitos a prazo	873	103.940.575,76	879.853,20
Juros Pagos	2.539	22.173.946,99	879.853,20
Cartões	2.411	1.067.209,51	66.121,27
Tarifas	4.389	1.111.993,60	48.918,73
Seguros	694	163.858,34	29.506,18
Sipag	517	722.040,47	24.793,88
Consórcio	212	700.505,65	31.628,91
Cobrança Bancária	1.477	2.322.562,32	92.315,43
Total Geral	19.728	190.741.642,80	2.932.844,00

Indicadores

Apresentação dos indicadores da Cooperativa em relação ao ano anterior.

DESCRÍÇÃO	2020	2021
Eficiência Padrão	51,81%	55,63%
Rentabilidade de Patrimônio	13,24%	12,98%
Índice de cobertura da folha	118,57%	124,65%
Índice de cobertura Administrativa	65,08%	66,30%
Patrimônio de Referência (PR)	18.809.673	18.898.071
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	121.422.433	123.875.925
Índice de Basiléia	15,49%	15,26%
Imobilizado para Cálculo do limite	1.462.998	1.768.925
Índice de Imobilização	7,78%	9,36%

4

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Balanço Patrimonial Ativo

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais).

DESCRÍÇÃO	NOTAS	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		267.065.300,43	227.976.868,40
DISPONIBILIDADES	4	5.779.900,79	2.623.262,67
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		239.424.074,57	206.974.227,32
Relações Interfinanceiras	4	130.426.115,03	105.365.804,82
Centralização Financeira		130.426.115,03	105.365.804,82
Operações de Crédito	5	107.083.582,71	100.996.380,11
Outros Ativos Financeiros	6	1.914.376,83	612.042,39
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(13.804.790,17)	(10.634.744,90)
(-) Operações de Crédito	5	(13.269.262,84)	(10.400.206,00)
(-) Outras	6	(535.527,33)	(234.538,90)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	7	11.983,79	10.976,16
OUTROS ATIVOS	8	6.344.936,83	3.290.086,42
INVESTIMENTOS	9	27.502.806,77	24.189.967,57
IMOBILIZADO DE USO	10	3.528.107,23	2.917.397,72
INTANGÍVEL	11	218.065,33	224.464,53
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	10 e 11	(1.939.784,71)	(1.618.769,09)
TOTAL DO ATIVO		267.065.300,43	227.976.868,40

Balanço Patrimonial Passivo e Patrimônio Líquido

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais).

DESCRÇÃO	NOTAS	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		267.065.300,43	227.976.868,40
DEPÓSITOS	12	186.473.656,63	150.399.618,19
Depositos à Vista		62.895.569,03	64.146.543,87
Depósitos Sob Aviso		170.616,27	163.433,14
Depositos à Prazo		123.407.471,33	86.089.641,18
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		29.268.488,55	30.236.450,31
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	4.035.144,26	479.610,03
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14	21.530.544,58	21.300.018,73
Outros Passivos Financeiros	15	3.702.799,71	8.456.821,55
PROVISÕES	17	752.053,93	516.553,39
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	312.820,34	248.551,59
OUTROS PASSIVOS	19	4.010.216,49	3.516.255,63
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	46.248.064,49	43.059.439,29
Capital Social		26.901.620,88	26.374.326,25
Reservas de Sobras		16.087.728,61	13.481.120,65
Sobras ou Perdas Acumuladas		3.258.715,00	3.203.992,39
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		267.065.300,43	227.976.868,40

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



Claudio da Costa Vargas
Diretor Presidente



Jorge Luiz Moreira
Contador - CRC/DF 7.534



Fabrício Alencar de Andrade
Diretor Administrativo Financeiro

Demonstrativo de Sobras ou Perdas de 2021

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais).

DESCRÍÇÃO	NOTAS	2° SEM 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		16.462.717,17	28.390.425,77	23.734.808,45
Operações de Crédito	22	12.751.260,49	23.279.016,56	21.113.348,58
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4	3.711.456,68	5.111.409,21	2.621.459,87
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(9.685.640,84)	(13.234.877,27)	(10.169.748,86)
Operações de Captação no Mercado	23	(3.889.694,44)	(5.233.240,43)	(2.180.828,90)
Operações de Empréstimos e Repasses	12	(630.192,05)	(892.515,11)	(508.158,64)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	14	(5.165.754,35)	(7.109.121,73)	(7.480.761,32)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		6.777.076,33	15.155.548,50	13.565.059,59
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(4.332.813,97)	(7.920.447,02)	(6.636.563,51)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	3.034.476,37	5.267.835,74	3.718.756,19
Rendas de Tarifas	25	677.865,49	1.274.372,37	1.993.981,95
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(4.581.230,09)	(9.011.468,31)	(7.688.161,95)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(4.025.323,22)	(7.881.445,34)	(7.229.277,85)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(192.543,66)	(368.369,25)	(331.927,44)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	1.005.863,92	3.220.927,60	3.315.058,96
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(251.922,78)	(422.299,83)	(414.993,37)
PROVISÕES	30	(142.684,59)	(235.500,54)	(162.372,65)
Provisões/Reversões para Contingências		(26.007,96)	(26.007,96)	2.224,09
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(116.676,63)	(209.492,58)	(164.596,74)
RESULTADO OPERACIONAL		2.301.577,77	6.999.600,94	6.766.123,43
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	31	400.627,92	248.627,13	(380.981,21)
Lucros em Transações com Valores e Bens		222.657,38	222.657,38	-
Ganhos de Capital		5.691,94	7.809,01	221.501,47
Reversão de Provisões Não Operacionais		403.075,56	403.075,56	-
Outras Rendas Não Operacionais		8.018,00	12.476,00	65.511,24
(-) Perdas de Capital		(513,03)	(104.048,76)	-
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		(35.297,64)	(35.297,64)	(517.006,40)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(203.004,29)	(258.044,42)	(150.987,52)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		2.702.205,69	7.248.228,07	6.385.142,22
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(222.655,33)	(372.432,43)	(312.570,58)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(119.657,43)	(207.844,26)	(186.718,84)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(102.997,90)	(164.588,17)	(125.851,74)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		2.479.550,36	6.875.795,64	6.072.571,64
JUROS AO CAPITAL	21	(818.596,92)	(1.160.273,84)	(732.584,32)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		1.660.953,44	5.715.521,80	5.339.987,32

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais).

EVENTOS	CAPITAL		RESERVA DE SOBRAS		SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTALS
	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	OUTRAS		
SALDOS EM 31/12/2019	26.394.102,27	(138.881,17)	9.172.621,60	2.077.376,17	3.621.273,22	41.126.492,09
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas	-	-	-	362.127,32	(362.127,32)	-
Distribuição de sobras para associados	1.626.050,04	-	-	-	(3.259.145,90)	(1.633.095,86)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.722.177,68	55.100,17	-	-	-	1.777.277,85
Por Devolução (-)	(3.979.058,56)	-	-	-	-	(3.979.058,56)
Estorno de Capital	(5,00)	-	-	-	-	(5,00)
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	-	6.072.571,64	6.072.571,64
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(732.584,32)	(732.584,32)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	694.840,82	-	-	-	-	694.840,82
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	-	-	1.868.995,56	-	(1.868.995,56)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	(266.999,37)	(266.999,37)
SALDOS EM 31/12/2020	26.458.107,25	(83.781,00)	11.041.617,16	2.439.503,49	3.203.992,39	43.059.439,29
SALDOS EM 31/12/2020	26.458.107,25	(83.781,00)	11.041.617,16	2.439.503,49	3.203.992,39	43.059.439,29
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas	-	-	-	320.399,24	(320.399,24)	-
Distribuição de sobras para associados	1.444.192,71	-	-	-	(2.883.593,15)	(1.439.400,44)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.567.403,68	78.989,00	-	-	-	1.646.392,68
Por Devolução (-)	(3.684.123,48)	-	-	-	-	(3.684.123,48)
Estorno de Capital	(700,00)	-	-	-	-	(700,00)
Reversões de Fundos	-	-	-	-	115.178,01	115.178,01
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	-	6.875.795,64	6.875.795,64
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(1.160.273,84)	(1.160.273,84)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.121.532,72	-	-	-	-	1.121.532,72

Demonstração do Patrimônio Líquido - Continuação

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais).

EVENTOS	CAPITAL		RESERVA DE SOBRAS		SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTALS
	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	OUTRAS		
Destinações das Sobra do Período:						
Fundo de Reserva	-	-	2.286.208,72	-	(2.286.208,72)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	(285.776,09)	(285.776,09)
SALDOS EM 31/12/2021	26.906.412,88	(4.792,00)	13.327.825,88	2.759.902,73	3.258.715,00	46.248.064,49
SALDOS EM 30/06/2021	26.650.543,49	(8.113,90)	11.041.617,16	2.759.902,73	4.054.568,36	44.498.517,84
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	827.837,54	3.321,90	-	-	-	831.159,44
Por Devolução (-)	(1.693.400,87)	-	-	-	-	(1.693.400,87)
Estorno de Capital	(100,00)	-	-	-	-	(100,00)
Reversões de Fundos	-	-	-	-	115.178,01	115.178,01
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	-	2.479.550,36	2.479.550,36
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(818.596,92)	(818.596,92)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.121.532,72	-	-	-	-	1.121.532,72
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	-	-	2.286.208,72	-	(2.286.208,72)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	(285.776,09)	(285.776,09)
SALDOS EM 31/12/2021	26.906.412,88	(4.792,00)	13.327.825,88	2.759.902,73	3.258.715,00	46.248.064,49

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



Claudio da Costa Vargas
Diretor Presidente



Jorge Luiz Moreira
Contador - CRC/DF 7.534



Fabrício Alencar de Andrade
Diretor Administrativo Financeiro

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais).

DESCRÍÇÃO	2° SEM 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	2.702.205,69	7.248.228,07	6.385.142,22
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(1.496.227,37)	(1.349.004,83)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5.165.754,35	7.109.121,73	7.480.761,32
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	116.676,63	209.492,58	164.596,74
Provisões/Reversões Não Operacionais	(367.777,92)	(367.777,92)	517.006,40
Provisões/Reversões para Contingências	26.007,96	26.007,96	(2.224,09)
Depreciações e Amortizações	209.671,31	439.591,72	367.842,69
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	7.852.538,02	13.168.436,77	13.564.120,45
Aumento (redução) em ativos operacionais	-	-	-
Operações de Crédito	(8.005.669,72)	(9.720.300,97)	(41.364.537,62)
Outros Ativos Financeiros	(1.129.392,55)	(1.608.312,53)	(365.515,17)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(11.983,79)	(1.007,63)	367,25
Outros Ativos	(3.138.739,99)	(2.687.072,49)	(478.540,07)
Aumento (redução) em passivos operacionais	-	-	-
Depósitos à Vista	10.024.208,57	(1.250.974,84)	20.234.690,94
Depósitos sob Aviso	5.109,39	7.183,13	(9.909,30)
Depósitos à Prazo	20.842.794,84	37.317.830,15	27.854.975,93
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	1.424.912,47	3.555.534,23	479.610,03
Obrigações por Empréstimos e Repasses	478.345,41	230.525,85	2.883.254,99
Outros Passivos Financeiros	(2.194.505,09)	(4.754.021,84)	7.114.465,13
Provisões	-	-	(23.783,87)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	4.211,36	64.268,75	(3.511,04)
Outros Passivos	(2.287.006,88)	(666.312,98)	299.283,91
FATES - Atos Cooperativos	(285.776,09)	(285.776,09)	(266.999,37)
Imposto de Renda	(119.657,43)	(207.844,26)	(186.718,84)
Contribuição Social	(102.997,90)	(164.588,17)	(125.851,74)
CAIXA LÍQUIDO APlicado / ORIGINADO EM ATIVIDADE OPERACIONAIS	23.356.390,62	32.997.567,08	29.605.401,61
Atividades de Investimentos	-	-	-
Distribuição de Sobras da Central	-	1.496.227,37	1.349.004,83
Aquisição de Intangível	(37.381,33)	(37.381,33)	(78.399,19)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(566.434,00)	(685.505,08)	(97.257,86)
Aquisição de Investimentos	(605.537,28)	(3.312.839,20)	(1.657.486,05)
CAIXA LÍQUIDO APlicado / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(1.209.352,61)	(2.539.498,24)	(484.138,27)

Continuação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) - Continuação

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais).

DESCRÍÇÃO	2° SEM 2021	31/12/2021	31/12/2020
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	831.159,44	1.646.392,68	1.646.392,68
Devolução de Capital à Cooperados	(1.693.400,87)	(3.684.123,48)	(3.684.123,48)
Estorno de Capital	(100,00)	(700,00)	(700,00)
Distribuição de sobras para associados	-	(1.439.400,44)	(1.439.400,44)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.121.532,72	1.121.532,72	1.121.532,72
Reversões de Fundos	115.178,01	115.178,01	115.178,01
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	374.369,30	(2.241.120,51)	(2.241.120,51)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.521.407,31	28.216.948,33	28.216.948,33
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Íncio do Período	113.684.608,51	107.989.067,49	107.989.067,49
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	136.206.015,82	136.206.015,82	136.206.015,82
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	22.521.407,31	28.216.948,33	28.216.948,33

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais).

DRA	2° SEM 2021	31/12/2021	31/12/2020
Sobras/Perdas Líquidas	2.479.550,36	6.875.795,64	6.072.571,64
Outros resultados abrangentes	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	2.479.550,36	6.875.795,64	6.072.571,64

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Claudio da Costa Vargas
Diretor Presidente

Jorge Luiz Moreira
Contador - CRC/DF 7.534

Fabrício Alencar de Andrade
Diretor Administrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO LTDA. - SICOOB EMPRESARIAL
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(valores em reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO LTDA. - SICOOB EMPRESARIAL**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **22/08/2003**, filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA - SICOOB PLANALTO CENTRAL**.

O **SICOOB PLANALTO CENTRAL** é componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB EMPRESARIAL**, sediado no SIA TRECHO 3, N° 225, ZONA INDUSTRIAL (GUARÁ), BRASÍLIA - DF, possui 4 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: BRASÍLIA - DF.

O **SICOOB EMPRESARIAL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito;
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua aprovação foi realizada pela Administração em 31/01/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;
- ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;
- iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;
- iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de

Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. O **SICOOB EMPRESARIAL** junto a seus associados, empregados e a comunidade estão contribuindo para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

O **SICOOB EMPRESARIAL**, visando administrar e conter os efeitos da crise, tomou diversas providências, das quais destacam-se:

- (i) Criação de um Comitê de Crise, para tratar assuntos emergenciais sobre o COVID-19;
- (ii) Limpeza das superfícies das mesas e estações de trabalho com desinfetante regularmente;
- (iii) Instalação dispensadores de álcool em gel para as mãos em pontos de fácil acesso na SEDE e nos Pontos de Atendimento;
- (iv) Inclusão de folhetos informativos com as instruções para a lavagem correta das mãos e utilização de máscaras;
- (v) Fornecimento de máscaras para todos os colaboradores e terceirizados, como também para os cooperados que forem utilizar nossos serviços nos pontos de atendimento, caso não esteja utilizando;
- (vi) Incentivo aos colaboradores a ficarem em casa, caso eles apresentem tosse ou febre leve (37.3º ou mais);
- (vii) Incentivo aos colaboradores a trabalharem em casa, casos de gestantes e portadores de doenças crônicas;
- (viii) Teste de Covid-19 para todos os colaboradores, principalmente para aqueles apresentarem sintomas;
- (ix) Envio semanal de comunicação interna e externa sobre os cuidados para evitar a contaminação do coronavírus;
- (x) Aplicação das orientações da OMS, principalmente o distanciamento de 1 metro entre as pessoas nos interiores dos nossos serviços e controle de pessoas dentro dos Pontos de Atendimentos.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

n) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art.194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

w) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

DESCRÍÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários (a)	5.779.900,79	2.623.262,67
Relações inferfinanceiras - Centralização financeira (b)	130.426.115,03	105.365.804,82
TOTAL	136.206.015,82	107.989.067,49

a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em **31 de dezembro de 2021** e de **2020** foram de:

DESCRÍÇÃO	2º SEM 2021	31/12/2021	2º SEM 2020	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	3.711.456,68	5.111.409,21	1.082.954,37	2.621.459,87

5. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

DESCRÍÇÃO	31/12/2021			31/12/2020
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	
Empréstimos e títulos descontados	58.609.247,75	46.985.291,62	105.594.539,37	98.669.070,48
Financiamentos	646.252,81	842.790,53	1.489.043,34	2.327.309,63
Total de operações de crédito	59.255.500,56	47.828.082,15	107.083.582,71	100.996.380,11
(-) Provisões para operações de crédito	(8.686.448,19)	(4.582.814,65)	(13.269.262,84)	(10.400.206,00)
TOTAL	50.569.052,37	43.245.267,50	93.814.319,87	90.596.174,11

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/199 c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

NÍVEL % RISCO SITUAÇÃO	EMPRÉSTIMO/ TD	FINANCIAMENTOS	TOTAL EM 31/12/2021	PROVISÕES EM 31/12/2021	TOTAL EM 31/12/2020	PROVISÕES EM 31/12/2020
AA - Normal	2.627.426,16	-	2.627.426,16	-	4.426.131,24	-
A 0,5% Normal	20.588.106,69	333.721,53	20.921.828,22	(104.609,14)	25.288.895,37	(126.444,48)
B 1% Normal	24.238.235,60	469.456,62	24.707.692,22	(247.076,92)	19.984.987,24	(199.849,87)
B 1% Vencidas	12.908,03	5.005,96	17.913,99	(179,14)	76.704,90	(767,05)
C 3% Normal	25.471.728,00	286.210,83	25.757.938,83	(772.738,16)	22.157.775,05	(664.733,25)
C 3% Vencidas	2.059.433,87	-	2.059.433,87	(61.783,02)	50.059,25	(1.501,78)
D 10% Normal	11.326.278,53	111.268,96	11.437.547,49	(1.143.754,75)	14.534.351,88	(1.453.435,19)
D 10% Vencidas	2.830.260,36	116.651,36	2.946.911,72	(294.691,17)	634.566,49	(63.456,65)
E 30% Normal	4.969.798,01	89.657,59	5.059.455,60	(1.517.836,68)	6.970.888,50	(2.091.266,55)
E 30% Vencidas	1.382.622,97	12.293,72	1.394.916,69	(418.475,01)	1.167.570,77	(350.271,23)
F 50% Normal	1.077.341,41	-	1.077.341,41	(538.670,71)	1.276.509,35	(638.254,68)
F 50% Vencidas	873.123,17	-	873.123,17	(436.561,59)	925.545,29	(462.772,65)
G 70% Normal	1.005.146,49	64.776,77	1.069.923,26	(748.946,28)	208.726,30	(146.108,41)
G 70% Vencidas	493.969,06	-	493.969,06	(345.778,34)	307.748,29	(215.423,80)
H 100% Normal	1.203.325,26	-	1.203.325,26	(1.203.325,26)	771.655,08	(771.655,08)
H 100% Vencidas	5.434.835,76	-	5.434.835,76	(5.434.835,76)	2.214.265,11	(2.214.265,11)
TOTAL NORMAL	92.507.386,15	1.355.092,30	93.862.478,45	(6.276.957,90)	95.619.920,01	(6.091.747,51)
TOTAL VENCIDOS	13.087.153,22	133.951,04	13.221.104,26	(6.992.304,03)	5.376.460,10	(3.308.458,27)
TOTAL GERAL	105.594.539,37	1.489.043,34	107.083.582,71	(13.269.262,84)	100.996.380,11	(9.400.205,78)
PROVISÕES	(13.155.542,11)	(113.720,73)	(13.269.262,84)	-	(10.400.206,00)	-
TOTAL LÍQUIDO	92.438.997,26	1.375.322,61	93.814.319,87	-	90.596.174,11	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

TIPO	ATÉ 90	DE 91 A 360	ACIMA DE 360	TOTAL
Empréstimos e Títulos Descontados	27.303.555,74	31.305.692,01	46.985.291,62	105.594.539,37
Financiamentos	166.508,53	479.744,28	842.790,53	1.489.043,34
TOTAL	27.470.064,27	31.785.436,29	47.828.082,15	107.083.582,71

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	2.157.568,52	-	2.157.568,52	2,01%
Setor Privado - Indústria	1.122.654,26	-	1.122.654,26	1,05%
Setor Privado - Serviços	98.517.591,49	1.235.173,97	99.752.765,46	93,15%
Pessoa Física	3.741.703,08	253.869,37	3.995.572,45	3,73%
Outros	55.022,02	-	55.022,02	0,05%
TOTAL	105.594.539,37	1.489.043,34	107.083.582,71	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	10.400.206,00	6.242.206,53
Constituições/Reversões no período	7.143.430,94	7.543.189,48
Transferência para prejuízo no período	(4.274.374,10)	(3.385.190,01)
SALDO FINAL	13.269.262,84	10.400.206,00

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	3.457.951,29	3,20%	2.738.288,03	2,70%
10 Maiores Devedores	20.872.631,83	19,34%	18.676.116,04	18,40%
50 Maiores Devedores	48.933.463,63	45,34%	48.517.557,48	47,79%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	20.974.497,22	19.534.992,91
Valor das operações transferidas no período	274.374,10	3.385.190,01
Valor das operações recuperadas no período	(2.093.402,29)	(1.913.648,12)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(129.077,07)	(32.037,58)
TOTAL	23.026.391,96	20.974.497,22

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão de perdas foi registrada em contrapartida de “Receitas de Operações de Crédito” (Nota 22).

6. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	650.259,31	301.304,21
Rendas a Receber (b)	1.189.594,67	292.580,56
Títulos e Créditos a Receber (c)	56.229,32	18.157,62
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	18.293,53	-
TOTAL	1.914.376,83	612.042,39

- a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCO SICOOB**, em virtude de coobrigação contratual;
- b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 14.523,54), Rendas de Cartões (R\$ 187.026,81) Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central a receber em janeiro/2022 (R\$ 958.120,64) e outros (R\$ 29.923,68);
- c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 56.229,32);
- d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: outros – bloqueio judicial (R\$ 18.293,53).

6.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

- a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(535.527,33)	(234.538,90)
TOTAL	(535.527,33)	(234.538,90)

- b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

NÍVEL % RISCO SITUAÇÃO	AVALS E FIANÇAS HONRADOS	TOTAL EM 31/12/2021	PROVISÕES EM 31/12/2021	TOTAL EM 31/12/2020	PROVISÕES EM 31/12/2020
E 30% Vencidas	61.012,91	61.012,91	(18.303,87)	63.602,82	(19.080,85)
F 50% Vencidas	92.334,17	92.334,17	(46.167,09)	15.427,59	(7.713,80)
G 70% Vencidas	86.186,40	86.186,40	(60.330,48)	48.432,00	(33.902,40)
H 100% Vencidas	410.725,83	410.725,83	(410.725,83)	173.841,80	(173.841,80)
TOTAL VENCIDOS	650.259,31	650.259,31	(535.527,33)	301.304,21	(234.538,90)
TOTAL GERAL	650.259,31	650.259,31	(535.527,33)	301.304,21	(234.538,90)
PROVISÕES	(535.527,33)	(535.527,33)	-	(234.538,90)	-
TOTAL LIQUIDO	114.732,04	114.732,04	-	66.765,37	-

7. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições a Compensar	11.983,79	10.976,16
TOTAL	11.983,79	10.976,16

8. Outros Ativos

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos e Antecipações Salariais	9.019,87	14.790,13
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	2.800,00	1.468,00
Devedores Diversos – País (a)	167.990,65	186.732,71
Material em Estoque	670,00	2.714,00
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos (b)	6.047.585,76	2.983.576,67
Despesas Antecipadas (c)	116.870,55	100.804,91
TOTAL	6.344.936,83	3.290.086,42

a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 194,02), Pendências a Regularizar – **BANCO SICOOB** (R\$ 43.481,75) e outros (R\$ 124.314,88);

b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019.

c) Registraram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros (R\$ 7.551,94), Auxílio alimentação (R\$ 90.887,21) e Auxílio transportes (R\$ 18.431,40).

9. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito	27.502.806,77	24.189.967,57
TOTAL	27.502.806,77	24.189.967,57

a) O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB PLANALTO CENTRAL**.

10. Imobilizado de Uso

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Instalações	10%	1.091.854,48	1.060.854,48
Móveis e equipamentos de Uso	10%	786.167,55	654.214,36
Sistema de Processamento de Dados	20%	770.166,53	766.437,19
Sistema de Segurança	10%	94.675,16	110.376,69
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	785.243,51	325.515,00
Total de Imobilizado de Uso	-	3.528.107,23	2.917.397,72
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-	(591.748,27)	(485.059,98)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-	(967.661,80)	(854.298,78)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	(199.772,45)	(115.041,39)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso	-	(1.759.182,52)	(1.454.400,15)
TOTAL	-	1.768.924,71	1.462.997,57

a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Intangível

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	218.065,33	224.464,53
Total de Intangível	218.065,33	224.464,53
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(180.602,19)	(164.368,94)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(180.602,19)	(164.368,94)
TOTAL	37.463,14	60.095,59

12. Depósitos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósito à Vista	62.895.569,03	64.146.543,87
Depósito Sob Aviso	170.616,27	163.433,14
Depósito a Prazo	123.407.471,33	86.089.641,18
TOTAL	186.473.656,63	150.399.618,19

a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas apropriar registradas em conta reduutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas tem seu valor dividido pelo número de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% CARTEIRA TOTAL	31/12/2020	% CARTEIRA TOTAL
Maior Depositante	12.928.171,04	6,84%	9.211.621,12	5,82%
10 Maiores Depositantes	58.195.070,44	30,80%	46.446.567,10	29,35%
50 Maiores Depositantes	104.163.829,35	55,13%	83.306.954,17	52,65%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(5.109,39)	(7.183,13)	(1.597,51)	(4.410,62)
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.637.708,82)	(4.847.925,69)	(856.097,63)	(1.977.596,68)
Despesas de Letras De Crédito do Imobiliário	(116.914,28)	(134.089,50)	(1.010,03)	(1.010,03)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(129.961,95)	(244.042,11)	(113.582,25)	(197.811,57)
TOTAL	(3.889.694,44)	(5.233.240,43)	(972.287,42)	(2.180.828,90)

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme (Lei nº 10.931/04). Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostas:

DESCRÍÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	4.035.144,26	479.610,03
TOTAL	4.035.144,26	479.610,03

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 23 - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

14. Obrigações por Empréstimos

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

DESCRÍÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central	21.530.544,58	21.300.018,73
TOTAL	21.530.544,58	21.300.018,73

b) Despesas de Obrigações por Empréstimos:

DESCRÍÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Cooperativa Central	(630.192,05)	(630.192,05)	(187.619,72)	(187.619,72)
Outras Instituições	-	(262.323,06)	-	(320.538,92)
TOTAL	(630.192,05)	(892.515,11)	(187.619,72)	(508.158,64)

15. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostos:

DESCRÍÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	3.627.092,02	8.434.755,54
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	51.756,14	13.277,15
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	23.951,55	8.788,86
TOTAL	3.702.799,71	8.456.821,55

a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a outros - cheques emitidos contra a ordem de terceiros (R\$ 3.627.092,02);

b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 23.299,78) e Aplicações - IOF (R\$ 651,77).

16. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB EMPRESARIAL** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

DESCRÍÇÃO	31/12/2021		31/12/2020	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	625.935,39	46.518,54	429.028,03	33.933,32
Provisão Para Contingências	79.600,00	-	53.592,04	-
TOTAL	705.535,39	46.518,54	482.620,07	33.933,32

a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

DESCRÍÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	14.360.299,05	11.299.390,60
TOTAL	14.360.299,05	11.299.390,60

b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

DESCRÍÇÃO	31/12/2021		31/12/2020	
	PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS	DEPÓSITOS JUDICIAIS	PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS	DEPÓSITOS JUDICIAIS
Outras Contingências	79.600,00	18.293,53	53.592,04	-
TOTAL	79.600,00	18.293,53	53.592,04	-

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB EMPRESARIAL**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 30.000,00. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

DESCRÍÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	22.172,61	24.379,86
Impostos e Contribuições sobre Salários	252.343,19	199.150,32
Outros	38.304,54	25.021,41
TOTAL	312.820,34	248.551,59

19. Outros Passivos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de outros passivos estava assim composto:

DESCRÍÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e Estatutárias (a)	978.495,56	703.978,48
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	156.444,65	169.687,46
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	903.689,46	1.143.622,01
Credores Diversos – País (c)	1.971.586,82	1.498.967,68
TOTAL	4.010.216,49	3.516.255,63

a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

DESCRÍÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	625.520,02	454.921,94
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	352.975,54	249.056,54
TOTAL	978.495,56	703.978,48

a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 527.340,72) e outros (R\$ 376.348,74);

c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar BANCO SICOOB (R\$ 219.072,47), Valores a Repassar a Cooperativa Central (R\$ 127.076,45), Saldos Credores - Encerramento C/C (R\$ 355.504,26), Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 10.177,13) e outros – patrocínio da Central (R\$ 1.259.756,51).

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

DESCRÍÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	26.901.620,88	26.374.326,25
Associados	7.900,00	6.229,00

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **06/03/2021**, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020** da seguinte forma:

- 10% para Outras Reservas – aquisição de sede própria, no valor de R\$ 320.399,24;
- 45% para Conta Capital, no valor de R\$ 1.441.796,58;
- 45% para Conta Corrente, no valor de R\$ 1.441.796,58.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

DESCRÍÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	6.087.954,23	5.652.557,90
(-) IRPJ/CSLL	(372.432,43)	(312.570,58)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	5.715.521,80	5.339.987,32
Destinações estatutárias	(2.571.984,81)	(2.135.994,93)
Reserva legal - 40%	(2.286.208,72)	(1.868.995,56)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(285.776,09)	(266.999,37)
Sobras antes da Reversão do Fates	3.143.536,99	3.203.992,39
Reversão da utilização do Fates	115.178,01	-
Sobras à disposição da Assembleia Geral	3.258.715,00	3.203.992,39

21. Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual de 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 1.160.273,84. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

22. Receitas de Operações de Crédito

DESCRÍÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	77.218,43	118.939,95	33.652,98	112.752,42
Rendas de Empréstimos	10.499.333,56	19.612.233,76	8.585.544,78	17.185.079,43
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	821.215,28	1.426.013,14	562.610,36	1.419.062,48
Rendas de Financiamentos	168.864,06	361.983,41	286.925,03	551.431,43
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	1.184.629,16	1.759.846,30	1.075.175,76	1.845.022,82
TOTAL	12.751.260,49	23.279.016,56	10.543.908,91	21.113.348,58

23. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

DESCRÍÇÃO	2° SEM/21	31/12/2021	2° SEM/20	31/12/2020
Despesas de Captação	(3.889.694,44)	(5.233.240,43)	(972.287,42)	(2.180.828,90)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(630.192,05)	(892.515,11)	(187.619,72)	(508.158,64)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	3.607.366,28	7.120.789,30	3.729.164,89	5.033.273,02
Reversões de Provisões para Outros Créditos	45.009,61	65.849,86	23.939,86	59.577,13
Provisões para Operações de Crédito	(8.355.138,37)	(13.622.944,51)	(6.693.191,77)	(12.136.890,64)
Provisões para Outros Créditos	(462.991,87)	(672.816,38)	(174.923,76)	(436.720,83)
TOTAL	(9.685.640,84)	(13.234.877,27)	(4.274.917,92)	(10.169.748,86)

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

DESCRÍÇÃO	2° SEM/21	31/12/2021	2° SEM/20	31/12/2020
Rendas de Cobrança	1.420.716,72	2.331.587,22	919.389,93	1.744.926,40
Rendas de Garantias Prestadas	10.617,66	10.617,66	762,75	2.783,12
Rendas de Outros Serviços	1.603.141,99	2.925.630,86	1.143.223,89	1.971.046,67
TOTAL	3.034.476,37	5.267.835,74	2.063.376,57	3.718.756,19

25. Rendas de Tarifas

DESCRÍÇÃO	2° SEM/21	31/12/2021	2° SEM/20	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	3.003,70	3.003,70	-	-
Rendas de Serviços Prioritários - PF	81.730,70	145.181,44	88.763,23	170.404,64
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	2.860,80	3.420,60	309,50	393,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	590.270,29	1.122.766,63	935.500,40	1.823.184,31
TOTAL	677.865,49	1.274.372,37	1.024.573,13	1.993.981,95

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

DESCRÍÇÃO	2° SEM/21	31/12/2021	2° SEM/20	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(63.000,00)	(113.918,28)	(26.754,84)	(53.509,68)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(656.083,33)	(1.278.645,88)	(405.782,03)	(831.804,38)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(938.212,14)	(1.758.396,93)	(759.933,09)	(1.500.965,13)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(799.910,86)	(1.573.427,71)	(686.424,74)	(1.343.101,91)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.116.873,76)	(4.275.389,51)	(2.141.113,80)	(3.924.265,20)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	(2.230,00)	(280,90)	(709,90)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(7.150,00)	(9.460,00)	-	(33.805,75)
TOTAL	(4.581.230,09)	(9.011.468,31)	(4.020.289,40)	(7.688.161,95)

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

DESCRÍÇÃO	2° SEM/21	31/12/2021	2° SEM/20	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(46.525,97)	(86.953,41)	(35.941,99)	(72.582,24)
Despesas de Aluguéis	(365.764,29)	(678.601,84)	(305.065,80)	(607.817,16)
Despesas de Comunicações	(126.656,02)	(263.856,27)	(135.761,34)	(257.240,63)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(148.606,34)	(308.767,00)	(132.320,94)	(277.386,13)
Despesas de Material	(15.535,17)	(34.794,41)	(27.710,21)	(58.414,58)
Despesas de Processamento de Dados	(514.827,08)	(983.732,69)	(402.293,61)	(858.622,07)

Despesas de Promoções e Relações Públicas	(2.940,05)	(19.150,91)	-	(1.700,00)
Despesas de Propaganda e Publicidade	-	(1.002,00)	-	(34,98)
Despesas de Publicações	(4.024,64)	(4.619,36)	(600,00)	(4.342,56)
Despesas de Seguros	(18.715,23)	(36.774,51)	(16.941,56)	(29.292,62)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(766.246,29)	(1.448.767,63)	(697.313,55)	(1.475.560,93)
Despesas de Serviços de Terceiros	(142.453,24)	(271.821,45)	(113.481,89)	(238.454,18)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(322.100,79)	(651.283,15)	(311.679,55)	(621.134,59)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(391.954,02)	(765.960,36)	(333.608,01)	(622.105,88)
Despesas de Transporte	(24.889,07)	(99.961,00)	(84.745,77)	(249.612,64)
Despesas de Amortização	(14.529,48)	(60.013,78)	(10.061,31)	(18.303,60)
Despesas de Depreciação	(195.141,83)	(379.577,94)	(178.779,54)	(349.539,09)
Outras Despesas Administrativas	(924.413,71)	(1.785.807,63)	(729.468,48)	(1.487.133,97)
TOTAL	(4.025.323,22)	(7.881.445,34)	(3.515.773,55)	(7.229.277,85)

28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

DESCRÍÇÃO	2° SEM/21	31/12/2021	2° SEM/20	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	87.385,73	89.616,79	27.649,55	65.083,61
Distribuição de sobras da central	-	1.496.227,37	-	1.349.004,83
Rendas de Repasses Interfinanceiros	85.749,58	160.372,29	41.843,91	41.843,91
Outras rendas operacionais	-	13.452,52	1.000,00	1.000,00
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	832.728,61	1.461.258,63	670.990,39	1.858.126,61
TOTAL	1.005.863,92	3.220.927,60	741.483,85	3.315.058,96

29. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

DESCRÍÇÃO	2° SEM/21	31/12/2021	2° SEM/20	31/12/2020
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(18.099,13)	(28.535,14)	(24.773,33)	(24.773,33)
Outras Despesas Operacionais	(58.276,07)	(115.802,81)	(242.872,85)	(323.370,71)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(26.622,26)	(38.505,26)	(15.447,11)	(40.172,83)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(57.760,14)	(84.584,61)	(8.334,28)	(14.777,79)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	-	(5.429,65)	(6.315,59)	(7.219,91)
Perdas - Fraudes Externas	(21.167,72)	(21.167,72)	-	(310,57)
Perdas - Práticas Inadequadas	(12.534,63)	(12.534,63)	(3.610,18)	(4.368,23)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	-	(562,00)	-	-
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(57.462,83)	(115.178,01)	-	-
TOTAL	(251.922,78)	(422.299,83)	(301.353,34)	(414.993,37)

30. Despesas com Provisões

DESCRÍÇÃO	2° SEM/21	31/12/2021	2° SEM/20	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	(26.007,96)	(26.007,96)	30.007,96	2.224,09
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	(26.007,96)	(26.007,96)	(19.992,04)	(47.775,91)
Reversões de Provisões para Contingências	-	-	50.000,00	50.000,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(116.676,63)	(209.492,58)	(110.758,88)	(164.596,74)
Provisões para Garantias Prestadas	(480.849,56)	(843.226,27)	(313.621,04)	(562.515,49)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	364.172,93	633.733,69	202.862,16	397.918,75
TOTAL	(142.684,59)	(235.500,54)	(80.750,92)	(162.372,65)

31. Outras Receitas e Despesas

DESCRÍÇÃO	2° SEM/21	31/12/2021	2° SEM/20	31/12/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	222.657,38	222.657,38	-	-
Ganhos de Capital	5.691,94	7.809,01	2.444,32	221.501,47
Reversão de Provisões não Operacionais	403.075,56	403.075,56	-	-
Outras Rendas não Operacionais	8.018,00	12.476,00	3.960,00	65.511,24
(-) Perdas de Capital	(513,03)	(104.048,76)	-	-
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(35.297,64)	(35.297,64)	(517.006,40)	(517.006,40)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(203.004,29)	(258.044,42)	(84.797,99)	(150.987,52)
TOTAL	400.627,92	248.627,13	(595.400,07)	(380.981,21)

32. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

33. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	VALORES	% EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL	PROVISÃO DE RISCO
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	164.652,78	0,0756%	7,00
TOTAL	164.652,78	0,0756%	7,00
Montante das Operações Passivas	302.100,00	0,1916%	-

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021

Aplicações Financeiras	0,1916%
------------------------	---------

b) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Cheque Especial	885,25	19,25	0,1011%

NATUREZA DOS DEPÓSITOS	VALOR DO DEPÓSITO	% EM RELAÇÃO Á CARTEIRA TOTAL	TAXA MÉDIA - %
Depósitos a Vista	378.744,67	0,6090%	0%
Depósitos a Prazo	875.191,14	0,7082%	0,8851%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	197.280,36	4,8891%	0,7808%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVA E PASSIVAS	TAXAS MÉDIA APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS A.M.	PRAZO MÉDIO (A.M)
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	99,1691%	144,71
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	1,5767%	22,53

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	GARANTIAS PRESTADAS
Empréstimos	3.977.048,91

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

SUBMODALIDADE BACEN	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	151.987,87	94.558,32

f) Em **2021**, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)		BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(143.816,67)	(266.520,60)	(86.507,37)	(176.501,95)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(656.083,33)	(1.278.645,88)	(405.782,03)	(831.804,38)
F.G.T.S. Diretoria	(33.166,68)	(62.199,99)	(24.971,24)	(48.402,40)

34. Cooperativa Central

O **SICOOB EMPRESARIAL**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e apli-

cação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB EMPRESARIAL** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB PLANALTO CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB PLANALTO CENTRAL**:

DESCRÍÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	130.426.115,03	105.365.804,82
Ativo - Investimentos	27.502.806,77	24.189.967,57
Total das Operações Ativas	157.928.921,80	129.555.772,39
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	21.530.544,58	21.300.018,73
Total de Operações Passivas	21.530.544,58	21.300.018,73

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o **SICOOB PLANALTO CENTRAL**:

DESCRÍÇÃO	2º SEM/21	2021	2º SEM/20	2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	3.711.456,68	5.111.409,21	1.082.954,37	2.621.459,87
Total das Receitas	3.711.456,68	5.111.409,21	1.082.954,37	2.621.459,87
Rateio de Despesas da Central	(718.229,87)	(1.421.019,26)	(590.930,03)	(1.214.103,80)
Total das Despesas	(718.229,87)	(1.421.019,26)	(590.930,03)	(1.214.103,80)

35. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

35.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio

das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWApad) é a Abordagem do Indicador Básico.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAdom e RWAcas são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, funda-

mentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

35.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- limite mínimo de liquidez;
- fluxo de caixa projetado;
- aplicação de cenários de estresse;
- definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

35.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

35.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

37. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

DESCRÍÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	18.898.070,68	18.809.376,13
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	123.875.925,27	121.422.443,17
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	15,26%	15,49%
Imobilizado para cálculo do limite	1.768.924,71	1.462.997,57
Índice de imobilização (limite 50%) %	9,36%	7,78%

Claudio da Costa Vargas
Diretor Presidente

Jorge Luiz Moreira
Contador - CRC/DF 7.534

Fabrício Alencar de Andrade
Diretor Administrativo Financeiro

5

PARECERES

PARECER DA AUDITORIA EXTERNA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito de Livre Admissão Ltda. – Sicoob Empresarial

Brasília/DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Economia e Crédito de Livre Admissão Ltda. – Sicoob Empresarial**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Empresarial em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler

o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 25 de março de 2022.



Diego Rabelo S. Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090

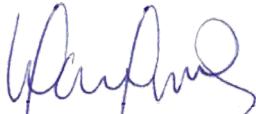
The image shows a handwritten signature in blue ink that reads "Diego Rabelo". Below the signature, the name "Diego Rabelo S. Toledo" is printed in a black sans-serif font. Underneath that, it says "Contador CRC/DF 019481/O-4" and "CNAI 2090".

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO LTDA. – SICOOB EMPRESARIAL**, e no desempenho das atividades que nos atribuem o Estatuto Social e o Regimento Interno do Conselho Fiscal e em Consonância com as normas legais, analisamos mensalmente as origens e aplicações dos recursos Financeiros, das taxas de captação e empréstimos do balanço patrimonial, demonstração de resultados, notas explicativas e demais documentos dos procedimentos administrativos traçados pelo Conselho de Administração e implementados pela Diretoria Executiva, comprobatórios do exercício financeiro encerrado em 31 de Dezembro de 2021.

Abalizados nessas análises e nos procedimentos rotineiros de fiscalização executados ao longo do exercício financeiro, constatamos que os referidos documentos retratam de maneira adequada a real situação da Cooperativa.

Brasília – DF, 25 de Março de 2022.



Waldir Lacerda de Alencar
Efetivo - Coordenador



Jobson Theiss Marques
Efetivo - Secretário



Leomar Cordeiro de Almeida
Efetivo

NOSSA EQUIPE

Adriano Magalhães	Daniella Santana	Laís Pinheiro	Stéphanie Sales
Analista de Controle Interno	Gerente de Agência	Analista de Comunicação e Marketing	Caixa
Alberisia Fernandes	Esther Berdardo	Lana Carvalho	Suelen Rodrigues
Analista Comercial	Aprendiz	Assistente de Cadastro	Atendente
Alexandre Pinho	Flávia Gomes	Leonardo Barreira	Tallita Furtado
Especialista em Controle Interno	Analista de Crédito	Analista Comercial	Atendente
Almon Botelho	Gabriele Castro	Letícia Canabrava	Taun Atos
Gerente de Suporte	Analista Comercial	Atendente	Caixa
Amanda Gonçalves	Gilsimar Gonzaga	Luana Albuquerque	Thais Aguiar
Atendente	Especialista Jurídico	Caixa	Assistente Operacional
Amanda Imaculada	Giselle Costa	Manoel Irineu	Thaís de Souza
Atendente	Analista de Cadastro	Gerente de Agência	Secretária Executiva
Ana Cristina	Gleicyane Oliveira	Marcelo Teixeira	Thalyta Fernandes
Atendente	Analista de Recuperação de Crédito	Caixa	Atendente
Anderson Santos	Gleidiane Silva	Marco Rocha	Thamara Campos
Caixa	Analista de Cobrança	Analista de Crédito	Caixa
André Torres	Gustavo Carvalho	Márgela Martins	Thatiane Dinamar
Caixa	Analista de TI	Atendente	Analista de Gestão de Pessoas
Aneliza Vieira	Gustavo Oliveira	Maria Raylane	Thayanny Vieira
Caixa	Analista de Planejamento	Analista de Crédito	Analista de Tesouraria
Arileide Moura	Hellen Almeida	Marques Sousa	Victor Tabatinga
Secretária Executiva	Estagiária de Atendimento	Caixa	Assistente de TI
Ayrton Santos	Hugo Queiroz	Nathalia Lopes	Vinicius Marques
Atendente	Analista de Planejamento	Atendente	Gerente de Agência
Bianca Silva	Jeanne Abreu	Patrícia Marques	Wanderson Santos
Aprendiz	Atendente	Atendente	Atendente
Camilla Costa	Jordana Dutra	Paulo Pinheiro	Wanessa França
Atendente	Caixa	Atendente	Atendente
Carolina Costa	José Ernesto	Raissa Aguiar	Yago Bodstein
Estagiária de Comunicação e Marketing	Gerente de Negócios	Analista de Gestão De Pessoas	Caixa
Cinthia Guimarães	Julieny Silva	Raymara Nascimento	Yasmin Conha
Analista Comercial	Gerente de Operações	Atendente	Assistente de Cadastro
Clineuma Cardozo	Kátyla Moabe	Sandra Mota	Yuri Gama
Analista de Tesouraria	Analista Administrativo Financeiro	Assistente de Cadastro	Analista de Tesouraria
Daniel Victor	Kenia Costa	Simone Ferreira	
Atendente	Analista Administrativo Financeiro	Gerente de Relacionamento	

www.sicoob.com.br/web/sicoobempresarialdf

RELATÓRIO ANUAL 2021

-
-  [/sicoobempresarial](https://www.facebook.com/sicoobempresarial)
 -  [@sicoobempresarialdf](https://twitter.com/sicoobempresarialdf)
 -  [/sicoob-empresarial-df](https://www.linkedin.com/company/sicoob-empresarial-df/)
 -  [\(61\) 3233-1212](tel:(61)3233-1212)

